

# Brasil já registra reflexos da melhora econômica nos EUA

ARNOLFO CARVALHO

A política monetária norte-americana está sendo ligeiramente aliviada neste final de ano, com a orientação deixando de perseguir tanto os resultados em termos de controle da moeda e do crédito para diminuir a inflação e passando, aparentemente, a levar em conta também os problemas econômicos que exigem enfoques "menos monetaristas", como desemprego de 8,4%, queda nas vendas a varejo e diminuição nas encomendas feitas às indústrias.

Esta alteração na filosofia do Federal Reserve Board (banco central americano) terá efeitos benéficos para outros países, incluindo o Brasil, que vem sofrendo as consequências negativas da orientação monetarista nos EUA de forma bastante grave: somente este ano, o aumento das taxas internacionais de juros, induzido pelas altas taxas no mercado americano, levou países como o Brasil a pagar alguns bilhões de dólares a mais, em termos de juros sobre os empréstimos contratados no exterior.

## DÍVIDA EXTERNA

Embora esperando pagar menos juros sobre os US\$ 16/17 bilhões que precisará captar no próximo ano junto a banqueiros estrangeiros, para financiar o déficit em conta corrente do seu balanço de pagamentos, o Brasil continuará sendo um dos maiores tomadores de dinheiro no mercado financeiro internacional — sujei portanto a elevados spreads (taxas de risco) — e o volume de sua dívida externa continuará despertando reações e temores, interna e externamente.

A situação política do país também terá mais peso nas avaliações do "risco brasileiro", na linguagem dos próprios banqueiros, pois o resultado das eleições de 1982 serão vistos como importantes para o futuro de investimentos e aplicações financeiras no país. Banqueiros estrangeiros já confidenciaram que não temem a vitória, por exemplo, do PMDB — porque acreditam, como Maurice Lauré, do Société Générale de Paris, que já existe no Brasil "maturidade suficiente" para se conduzirem os negócios com o exterior.

Ninguém iria esperar uma resposta diferente exatamente de um banqueiro oficial que tem grandes investimentos no Brasil, pois seus temores provocariam reações em cadeia totalmente negativas. Mas não se pode esquecer que o ministro Ernane Galvães, da Fazenda, também já teria dito certa vez, num jantar com jornalistas da AJOEB (Associação dos Jornalistas de Economia de Brasília), que à comunidade financeira nacional — e, por extensão,

internacional — não aceitará de forma alguma que suba ao poder um ministro da oposição que resolva não saldar os compromissos brasileiros com o exterior.

Conclusão: mesmo com as influências externas sobre o balanço de pagamentos sendo mais favoráveis de maneira geral, o que não acontecia desde 1977, o peso da dívida externa superior a US\$ 61 bilhões, já em janeiro, continuará sendo ponto de preocupação a cada nova operação de vulto conseguida pelos ministros brasileiros nos mercados mundiais, sempre dificultando a aplicação da política econômica, altamente baseada em poupança externa e voltada, portanto, para o aumento das exportações como forma de ajudar no pagamento dos empréstimos.

## POLÍTICA

Mais do que um problema econômico a ser equacionado por tecnocratas, a questão da política econômica brasileira para o setor externo, tende a ser enfocada politicamente pelo próprio Governo — pois do contrário estaria abrindo espaço para maiores influências de parlamentares que defendem a desvinculação econômica com o sistema financeiro mundial, através de uma moratória. Esta opinião foi expressa na semana passada, reservadamente, por um técnico governamental que trabalha nesta área, ao concordar que o crescimento da dívida externa brasileira de 1981 foi "realmente alguns pontos percentuais acima do que estava sendo projetado pelo Banco Central".

De acordo com o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, o volume total dos débitos brasileiros com o exterior não deveria crescer acima de 10% ao longo do ano de 1981 — no entanto, até novembro a dívida externa já havia crescido cerca de 13,3%, chegando a US\$ 61 bilhões ao final deste mês, dentro de um hipótese razoável. Mas aqui também a explicação é simples: a economia mundial deve ter apresentado taxas inferiores de crescimento, com a consequente maior liquidez que acabou possibilitando maior oferta de crédito dos banqueiros ao Brasil, num ano que o país precisava recuperar o atraso sofrido em '80, quando sua credibilidade estava tão abalada que praticamente fechou muitas portas aos tomadores de empréstimos em dólar.

Assim como procura enfocar politicamente a questão da dívida externa — pois este ponto é sempre adotado como "bandeira" pelos opositores — o governo também já está tomando algumas precauções para não permitir que as dificuldades de 1982 sejam mais determinantes do que a capacidade de

aproveitamento das condições favoráveis do mercado mundial. Tanto é, por exemplo, que o Banco Central acaba de colocar em vigor duas resoluções (710 e 711) que visam exatamente reforçar em 82 a atual política de captação externa e controle interno do crédito.

"O controle do crédito bancário neste país já deixou de ser apenas um instrumento de contenção dos meios de pagamentos (papel-moeda em poder do público mais depósitos a vista nos bancos), para se tornar hoje uma alavancada do governo para forçar as empresas a buscarem recursos externos" — costuma denunciar um conhecido empresário brasileiro, quando analisa a manutenção do limite de 50 ou 60% (mais provável) para a expansão das aplicações bancárias sob controle, no orçamento monetário de 1982 que o Conselho Monetário Nacional vai aprovar no próximo dia 21, em Brasília.

## LIMITES

A resposta dos técnicos governamentais — tanto para a preocupação de banqueiros e políticos, com o crescimento da dívida externa brasileira quanto para a necessidade de conter a oferta interna de dinheiro, para induzir assim a busca de financiamentos em dólar — é quase sempre dúvida: não há outro jeito para manter em funcionamento o modelo econômico, a não ser estimular a poupança interna e, enquanto não entram em operação os grandes projetos como Itaipu e Carajás, basear-se na utilização da poupança externa para ir financiando o déficit em nosso balanço de pagamentos.

A intenção do Banco Central, entretanto, é modificar o sistema de controle quantitativo do crédito interno, passando a vincular o limite de aplicação dos bancos à captação de recursos no mercado internacional — o que, além de criar um esquema de "limites flutuantes", estimulará seguramente a oferta extra de crédito a empresas brasileiras, se bem que com base em dólar.

Esta mudança, se embutida realmente no orçamento monetário de 1982 que o CMN vai aprovar, representará também uma ligeira alteração no enfoque da política monetária (se bem que isso não é admitido pelas autoridades), na medida em que a função do controle da oferta de crédito e moeda ficará relativamente diminuída enquanto instrumento de contenção da inflação. O resultado será uma possibilidade de reativação da economia brasileira, sem perda de controle sobre a inflação declinante, de forma inclusive a atender às necessidades de cunho político-eleitoral do governo.

## BALANÇO DE PAGAMENTOS

BRASIL (ESTIMATIVAS)	US\$ bilhões			
	1980	1981	Hipótese I	Hipótese II
I. BALANÇA COMERCIAL.....	2,8	+ 1,0	0,0	- 1,0
- Exportações.....	20,1	26,0	25,0	24,0
- Importações.....	22,9	25,0	25,0	23,0
II. SERVIÇOS.....	9,5	- 11,0	- 11,0	- 11,0
- Juros.....	5,9	- 6,7	- 6,7	- 6,7
- Outros.....	3,6	- 4,3	- 4,3	- 4,3
III. TRANSFERÊNCIAS.....	0,2			
IV. TRANSAÇÕES CORRENTES ....	12,1	- 10,0	- 11,0	- 12,0
V. MOVIMENTO DE CAPITAIS.....	9,3	10,0	11,0	12,0
- Investimentos.....	1,2	2,0	2,0	2,0
- Financ. de organismos, - supplier's etc.....	3,0	3,0	3,0	3,0
- Empréstimo em moeda.....	12,1	13,0	14,0	15,0
- Amortizações.....	7,0	- 8,0	- 8,0	- 8,0
VI. SUPERAVIT/DEFICIT.....	3,5	0,0	0,0	0,0

(\*) — Estimativa com base em cálculo preliminar do BC

(\*\*) — Estimativa não-confirmeda ainda pelo BC

(\*\*\*) — Serão necessários US\$ 15,3 bi, mas devem ser captados US\$ 16 bilhões